

ATENÇÃO: Prova Prático-Profissional (Subjetiva) - 8 de maio de 1999, das 9 às 13 horas, devendo os aprovados comparecerem às 8 horas.

Prova Objetiva do I EXAME DE ORDEM / 1999
27.3.99

1- No Conselho Federal da OAB, a 2ª Câmara, a 3ª Câmara e o Órgão Especial são presididos, respectivamente, pelos seguintes membros da Diretoria da Entidade:

- (a) Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto e Tesoureiro;
- (b) Secretário-Geral Adjunto, Tesoureiro e Vice-Presidente;
- (c) Secretário-Geral Adjunto, Secretário-Geral e Vice-Presidente;
- (d) Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto.

2- No âmbito da OAB, as Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, são criadas pelos Conselhos Seccionais quando estes contarem:

- (a) com mais de 15 inscritos;
- (b) com mais de 100 inscritos;
- (c) com mais de 500 inscritos;
- (d) com mais de 1500 inscritos.

3- No que permite às inscrições de advogados, assinale a única afirmativa correta, dentre as seguir listadas:

- (a) licencia-se o profissional que falecer;
- (b) licencia-se o profissional que sofrer penalidade de exclusão;
- (c) licencia-se o profissional que passa a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia;
- (d) licencia-se o profissional que passa a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia.

4- No que diz respeito às inscrições de advogados, assinale a única afirmativa incorreta, dentre as seguir listadas:

- (a) cancela-se o profissional que falecer;
- (b) cancela-se o profissional que sofrer penalidade de exclusão;
- (c) cancela-se o profissional que passa a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia;
- (d) cancela-se o profissional que passa a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia.

5- É permitido a um advogado que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento. Quando poderá fazê-lo?

- (a) seis meses após o cumprimento da sanção disciplinar;
- (b) um ano após o cumprimento da sanção disciplinar;
- (c) três anos após o cumprimento da sanção disciplinar;
- (d) imediatamente após o cumprimento da sanção disciplinar.

6- No tocante ao “SIGILO PROFISSIONAL”, assinale, dentre as afirmativas abaixo, aquela que é incorreta:

- (a) as confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, desde que autorizado aquele pelo constituinte;
- (b) presumem-se confidenciais as comunicações epistolares entre advogado e cliente, as quais não podem ser reveladas a terceiros;
- (c) o advogado poderá depor , como testemunha, sobre fato relacionado com pessoa cujos interesses tenha defendido em juízo, desde que autorizado pelo constituinte;
- () d) o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se o seu respeito, salvo grave ameaça ao direito à vida e à honra.

7- No âmbito da OAB, de que Órgão é a competência para editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessários?

- () a) do Conselho Federal;
- () b) dos Conselhos Seccionais;
- () c) das Subseções;
- () d) das Caixas de Assistência dos Advogados.

8- Determinado advogado, que possui inscrição principal na OAB/SP, e inscrições suplementares na OAB/RJ, OAB/PR e OAB/SC, pratica, no exercício profissional, uma infração disciplinar em Curitiba (PR). Qual das Seccionais abaixo tem o poder de punir disciplinarmente esse advogado, no tocante à mencionada infração disciplinar?

- (a) OAB/SP;
- (b) OAB/RJ;
- (c) OAB/PR;
- (d) OAB/SC.

9- Dentre as afirmativas abaixo, apenas uma é incorreta. Assinale-a.

- (a) é vedado o oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela;
- (b) é direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado;
- (c) o advogado pode funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e

- preposto do empregado ou cliente;
- (d) havendo necessidade de arbitramento e cobrança judicial dos honorários advocatícios, deve o advogado renunciar ao patrocínio da causa, fazendo-se representar por um colega.

10- Dentre as afirmativas abaixo, apenas uma é correta. Assinale-a .

- (a) compete ao relator do processo disciplinar determinar a notificação do representado para a defesa prévia, no prazo de 10 dias;
- (b) processo disciplinar instaura-se mediante representação dos interessados, mesmo que seja anônima;
- (c) compete ao Tribunal de Ética e Disciplina mediar e conciliar nas questões que envolvem controvérsias surgidas quando da dissolução de sociedade de advogados;
- (d) a revogação do mandato judicial por vontade do cliente o desobriga das verbas
- (e) honorárias contratadas.

11- É válido o pagamento feito ao credor do credor?

- (a) Sim, desde que ratificado pelo credor;
- (b) Não, pela inexistência da relação jurídica entre ambos;
- (c) Sim, ainda que o credor seja incapaz de quitar;
- (d) Não, porque não é portador da quitação.

12- Porque na obrigação de dar coisa certa (art. 863, C. Civ.) o credor não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa?

- () a) Porque a obrigação não é da escolha do credor;
- () b) Porque implicaria em alterar a convenção;
- () c) Porque o direito de escolha é do credor;
- () d) Porque o devedor não tem, na hipótese, capacidade.

13- Acessão é modo de:

- () a) Aquisição de bem móvel;
- () b) Perda de bem móvel;
- () c) Aquisição de bem imóvel;
- () d) Perda de bem imóvel.

14- No caso de obrigação alternativa, cabendo a escolha ao devedor e, todas as prestações perecerem por culpa do devedor, deverá este:

- () a) Indenizar o credor pelo equivalente da prestação;
- () b) Se obrigar a uma nova prestação;
- () c) Pagar o valor da que por último se perdeu, acrescido de perdas e danos;
- () d) Pagar o valor de qualquer uma das prestações, acrescido de perdas e danos.

15- O benefício de ordem na fiança, se constitui:

- a) Na cobrança do único fiador;
- b) Na excussão dos bens do fiador;
- c) Na excussão de bens do afiançado;
- d) O fiador não pode nomear bens do devedor.

16- No litisconsórcio necessário:

- a) Os riscos de eventual erro na escolha, cabe ao réu ao eleger com quem pretende litigar em juízo;
- b) É quando o juiz tiver de decidir por disposição de lei;
- c) A eficácia da sentença depende da citação de todos os litisconsórcios;
- d) Mesmo após a sentença, é possível a intervenção de litisconsorte.

17- Os atos processuais:

- a) Quando praticados pelas partes, produzem modificações de direitos processuais;
- b) Quando praticados por juiz, se constituirão em sentenças e despachos;
- c) Serão realizados em qualquer dia, no horário compreendido entre às 06:00 e 20:00 horas;
- d) Na regra geral, poderão ser praticados durante as férias.

18- Quanto a nulidade processual:

- a) Pode ser requerida pelas partes, quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade;
- b) Pode ser argüida a qualquer tempo;
- c) Pode ser argüida quando a intimação for feita sem a observância das prescrições legais;
- d) Decorrer de erro de forma, só acarreta a nulidade dos atos que não podem ser aproveitados.

19- Uma ação é idêntica à outra quando:

- a) Não for admissível, a seu respeito, a confissão;
- b) Tem a mesma causa de pedir e o mesmo pedido;
- c) Quando se repete ação que está em curso;
- d) Quando tem o mesmo pedido, a mesma causa e, as mesmas partes.

20- Cabem embargos infringentes:

- a) Somente quando não for unânime o julgado proferido em apelação;
- b) Ainda que o desacordo seja parcial;
- c) De acórdão, sendo que o novo relator irá apreciar a admissibilidade do recurso;
- d) Quando na sentença for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz.

21- Assinale a alternativa correta

- () a) São proibidos de alistamento no Tribunal do Júri os maiores de sessenta anos;
- () b) Jurados, primos entre si, não podem constituir o Conselho de Sentença;
- () c) Em tema de prova no processo penal é correto afirmar que o juiz não pode afastar-se da conclusão do laudo pericial;
- () d) No caso de crime de ação pública incondicionada não há obrigatoriedade de instauração de inquérito para que seja oferecida a denúncia.

22- Assinale a alternativa incorreta

- () a) A exceção da verdade é a oportunidade dada ao réu de demonstrar que suas afirmações são de domínio público;
- () b) No procedimento dos crimes funcionais, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, antes de recebê-la, determinará não só sua autuação, mas também mandará notificar o agente para apresentar sua defesa preliminar no prazo de quinze dias;
- () c) Não há prazo para pedir Revisão Criminal. Após o trânsito em julgado, a qualquer tempo;
- () d) A inquirição de testemunhas, no Plenário do Júri, pode ser feita diretamente pelas partes, sem intermediação do Juiz, ao contrário do que ocorre na fase instrutória.

23- Assinale a proposição incorreta

A intimação da sentença de pronúncia, tratando-se de crime afiançável, será feita ao réu pessoalmente, se for encontrado, ou por edital, no prazo de trinta dias, quando não encontrado;

Para que se inicie a contagem do prazo para oferecimento das razões de apelação é obrigatória a intimação do apelante;

O flagrante esperado, mesmo atendidas as formalidades legais, não tem validade;

No caso de concurso de crimes, haverá um só libelo em série de quesitos, uma para cada crime.

24- Assinale a alternativa incorreta

- () a) A sentença de pronúncia não produz *res judicata*;
- () b) Nulidade absoluta diz-se daquela que atinge um interesse de ordem pública, sobrepondo-se, portanto, ao interesse das próprias partes;
- () c) O rito procedimental para os processos dos crimes dolosos contra a vida é escalonado. A primeira fase, que se inicia com o oferecimento da denúncia, é chamado *judicium accusationis*; a segunda fase, que se inicia com a apresentação do libelo, é chamado *judicium causae*;
- () d) As nulidades posteriores à pronúncia devem ser argüidas em plenário do Júri, imediatamente antes do início dos debates.

25- Assinale a alternativa incorreta

- () a) Despronúncia é a decisão do Juiz que julga procedente o Recurso em Sentido

Estrito interposto contra a sentença de pronúncia;

- () b) Não é admissível no recurso em Sentido Estrito arrazoar em 2ª instância;
- () c) Tratando-se de ação penal privada, não é válida a queixa-crime contra apenas um, ou dois, dos três autores do fato;
- () d) Tratando-se de ação penal privada subsidiária, o prazo para oferecimento da queixa-crime será de seis meses a contar do encerramento do prazo para o MP oferecer denúncia.

26- Indique a alternativa incorreta

- () a) Em todos os ritos o prazo para oferecimento da denúncia é sempre de 5 dias, estando o réu preso;
- () b) O Tribunal do Júri não é competente para processar e julgar autor de crime doloso contra a vida, quando a competência especial por prerrogativa de função for estabelecida pela Constituição Federal;
- () c) Nos embargos declaratórios não há manifestação da parte contrária;
- () d) Não pode o Juiz rejeitar a denúncia, por inépcia, quando entender errada a tipificação do crime nela oferecida.

27- Assinale a alternativa correta

- () a) É cabível a impetração de *Habeas Corpus* contra ato de particular. Todavia, somente, quando a coação for contra a liberdade de locomoção;
- () b) A identidade física do juiz vigora no processo penal;
- () c) A carta testemunhável tem efeito suspensivo;
- () d) Diz-se apelação plena quando julgada pelo Pleno do Tribunal.

28- Assinale a alternativa correta

- () a) O pedido de desaforamento deve ser feito antes do trânsito em julgado da pronúncia do réu;
- () b) Menor emancipado só pode integrar o Conselho de Sentença se residente em comarca diversa daquela em que vai se realizar o julgamento;
- () c) No Protesto por novo Júri, estando preenchidos os requisitos legais, o Juiz-Presidente é obrigado a determinar a realização de novo julgamento;
- () d) O arrolamento de testemunhas na denúncia é obrigatório.

29- Indique a alternativa correta

- () a) A apelação pode ser interposta, pessoalmente, por réu preso;
- () b) No caso de dois ou mais acusados por homicídio doloso, poderá, objetivamente, o MP, no início do julgamento em plenário do Júri, escolher qual deles deverá ser julgado naquela sessão;
- () c) Havendo réplica, obrigatoriamente haverá a defesa de oferecer tréplica, sob pena de nulidade;
- () d) As nulidades ocorridas na instrução de crime de homicídio devem ser alegadas na contrariedade ao libelo.

30- Assinale a alternativa incorreta

- () a) Em tema de direito penal não se admite a compensação de culpas;
- () b) Diz-se latrocínio o crime cometido para subtração de objeto, quantia, etc., desde que a morte do sujeito passivo se dê após a subtração; caso contrário, configura crime de homicídio;
- () c) No estado de necessidade há conflito entre bens jurídicos; na legítima defesa há ataque ou ameaça a um bem jurídico;
- () d) Crimes vagos são os que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica, como a família, o público, a sociedade, etc.

31- A Constituição Federal dispõe que o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de:

- () a) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de vinte e um anos e menos de setenta anos de idade;
- () b) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de vinte e um anos e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- () c) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade;
- () d) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade.

32- O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante:

- () a) desde o nascimento até um ano de vida do nascituro;
- () b) desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;
- () c) desde a confirmação da gravidez até noventa dias após o parto;
- () d) desde o momento em que a empregada comunica ao seu empregador que está grávida até cinco meses após o parto.

33- Não podem ser considerados ou equiparados a empregadores:

- () a) os profissionais liberais;
- () b) as instituições de beneficência;
- () c) as associações recreativas;
- () d) os menores de quatorze anos de idade.

34- Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de:

- () a) 24 (vinte e quatro) horas consecutivas para descanso;
- () b) 12 (doze) horas consecutivas para descanso;
- () c) 14 (quatorze) horas consecutivas para descanso;
- () d) 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

35- A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da

respectiva remuneração é contada:

- () a) do término do prazo para concessão, que é de 12 (doze) meses contados da data em que o empregado adquiriu o direito ao gozo;
- () b) do início do prazo para concessão, que é de 12 (doze) meses contados da data em que o empregado adquiriu o direito ao gozo;
- () c) do término do prazo para concessão, que é de 6(seis) meses contados da data em que o empregado adquiriu o direito ao gozo;
- () d) do início do prazo para concessão, que é de 6 (seis) meses contados da data em que o empregado adquiriu o direito ao gozo.

36- As Juntas de Conciliação e Julgamento poderão conciliar, instruir ou julgar:

- () a) sempre que presentes os 3 (três) juízes que compõem uma JCJ;
- () b) com qualquer número, sendo, porém, indispensável a presença dos 2(dois) juízes classistas, prevalecendo o voto do classista dos empregados em caso de empate;
- () c) com qualquer número, desde que presidindo esteja um juiz classista;
- () d) com qualquer número, sendo, porém, indispensável a presença do Presidente, cujo voto prevalecerá em caso de empate.

37- As ações rescisórias das decisões dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista serão ajuizadas:

- () a) perante o Tribunal de Justiça;
- () b) perante o Tribunal Regional do Trabalho;
- () c) perante a Junta de Conciliação e Julgamento mais próxima;
- () d) perante o Juízo de Direito que proferiu a sentença rescindenda.

38- Em caso de acordo em pecúnia entre as partes, as custas, no processo trabalhista, serão calculadas:

- () a) sobre o valor do acordo;
- () b) sobre o valor do pedido;
- () c) sobre o que o juiz presidente fixar;
- () d) sobre 3 (três) vezes o salário mensal do empregado.

39- A nulidade, no processo do trabalho, será pronunciada:

- () a) quando não for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;
- () b) quando argüida por quem lhe tiver dado causa;
- () c) quando for possível repetir-se o ato;
- () d) quando for possível suprir-se a falta.

40- Cada uma das partes, no processo trabalhista, não poderá indicar mais de:

- () a) 6 (seis) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 12 (doze);
- () b) 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis);
- () c) 5 (cinco) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 10 (dez);
- () d) 4 (quatro) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 8 (oito).

41- Assinale a alternativa em que se encontram os cargos considerados pela Constituição Federal como sendo de durabilidade vitalícia:

- () a) Membros dos Tribunais Superiores, membros dos Tribunais de Contas, servidores públicos concursados;
- () b) Membros do Tribunal de Contas, membros do Ministério Público, membros da Magistratura;
- () c) Membros da Magistratura, membros da Procuradoria Geral da República, membros da Advocacia Geral da União;
- () d) Membros do Tribunal de Contas, membros da Magistratura, membros da Advocacia Geral da União.

42- Assinale a alternativa INCORRETA:

- () a) Vacância é o ato administrativo pelo qual o servidor é destituído do cargo, emprego ou função;
- () b) A exoneração não é uma penalidade para o servidor, mesmo que ocorra *ex officio*;
- () c) A demissão não constitui penalidade para o servidor, uma vez que ela se dá a pedido e não em decorrência de ilícito administrativo;
- () d) Reintegração é o reingresso do funcionário demitido, quando seja invalidada por sentença judicial a sua demissão, sendo-lhe assegurado o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

43- De conformidade com a Lei 8.666/93, execução indireta é a que o órgão ou entidade contrata com terceiros, sob qualquer dos seguintes regimes, exceto:

- () a) Empreitada por preço global- quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- () b) Compra -toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;
- () c) Empreitada por preço unitário -quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- () d) Tarefa -quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

44- Exemplo de serviço público impróprio e indireto municipal é a atividade desempenhada:

- () a) Pelas autarquias municipais;
- () b) Pelas corporações e fundações de direito público municipal;
- () c) Pelas empresas particulares de transporte coletivo;
- () d) Pelas autarquias, fundações e empresas públicas municipais.

45- A decretação de nulidade do ato administrativo opera efeito:

- () a) Imediatamente;
- () b) Para o futuro;
- () c) "Ex tunc";
- () d) "Ex nunc".

46- Institui ou extingue tributos:

- () a) A Constituição Federal;
- () b) Emendas Constitucionais;
- () c) Resoluções do Senado Federal;
- () d) Lei Ordinária.

47- São fontes principais do Direito Tributário:

- () a) As leis, os tratados, os convênios do CONFAZ;
- () b) As leis, as práticas reiteradas, os decretos;
- () c) Os decretos regulamentares, as leis, os atos normativos;
- () d) As convenções internacionais e tratados, as leis e os decretos regulamentares.

48- * Sobre o patrimônio, a renda e os serviços não vinculados às finalidades essenciais das autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

* Sobre produtos industrializados destinados ao exterior;

* Sobre o ouro definido em lei como ativo financeiro;

* Sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;

RESPECTIVAMENTE:

- () a) Não ocorre imunidade; não ocorre imunidade; não ocorre imunidade; não ocorre imunidade;
- () b) Ocorre imunidade; ocorre imunidade; ocorre imunidade; ocorre imunidade;
- () c) Não ocorre imunidade; ocorre imunidade; não ocorre imunidade; ocorre imunidade;
- () d) Não ocorre imunidade; ocorre imunidade; ocorre imunidade; ocorre imunidade.

49- No dia 27 de março de 1999 foram publicadas as seguintes leis no Diário Oficial do Município de Cajazeiras, promissora cidade paraibana:

1ª- Aumentando a alíquota do IPTU de 1% para 2% para imóveis comerciais edificados;

2ª- Instituinto a Taxa de Limpeza Pública -TLP;

3ª- Instituinto contribuição de melhoria sobre imóveis valorizados com o asfaltamento da rua Anísio Robim, daquele desenvolvido Município;

4ª- Instituinto contribuição social dos servidores públicos municipais, para custeio, em benefício deles, de sistema de previdência e assistência social. Diga, respectivamente, a partir de quando referidos tributos poderão ser exigidos:

- () a) A partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir da data da publicação da lei; a partir da data da publicação da lei; 90 dias após a publicação da lei;
- () b) A partir da data da publicação da lei; a partir do dia 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir da data da publicação da lei; a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte;
- () c) A partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; 90 dias após a publicação;
- () d) A partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte; a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte.

50- Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- () a) O pagamento, a compensação e a transação;
- () b) A remissão, a conversão do depósito em renda e a compensação;
- () c) A moratória; o depósito do seu montante integral; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- () d) A moratória; a isenção e a compensação.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO I EXAME DE ORDEM DE 1999

QUESTÃO	RESPOSTA
1	B
2	D
3	D
4	D
5	B
6	C
7	A
8	C
9	C
10	C
11	A
12	B
13	C
14	C
15	C
16	C
17	A
18	D

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A
27	A
28	C
29	A
30	B
31	C
32	B
33	D
34	D
35	A
36	D
37	B
38	A
39	A
40	B
41	B
42	C
43	B

19	D
20	B
21	D
22	A
23	C
24	D
25	A

44	C
45	C
46	D
47	D
48	D
49	C
50	C